



XVI SEUR

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável e a Construção de Novas Formas de Assentamentos no Estado do Pará

Monique Helen Cravo Soares Farias, Universidade Federal do Pará (UFPA),

adm.moniquefarias@gmail.com .

André Cutrim Carvalho, Universidade Federal do Pará (UFPA).

Norma Ely Santos Beltrão, Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Resumo

Os assentamentos rurais se tornaram um dos principais elementos do mundo rural na Amazônia Legal, representando quase um terço das terras usadas e quase 74% dos estabelecimentos rurais. Na busca do desenvolvimento rural efetivo, tornou-se premente pensar em alternativas produtivas factíveis e, claro, viáveis, que evitem o êxodo dos pequenos agricultores do espaço rural, fazendo-se necessário desenvolver e viabilizar a agricultura familiar na região. Dessa forma, a partir da década de 1990, surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com o objetivo de promover um novo modelo de reforma agrária, direcionado ao uso consciente e adequado dos recursos da floresta, baseado no modelo cooperativista. Assim, este trabalho tem como objetivo verificar a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Pará, possibilitando assim o entendimento acerca de um novo modelo de reforma agrária, capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Reforma Agrária; Sustentabilidade.

1.Introdução

Nas fronteiras agrícolas da Amazônia brasileira, a ausência do ordenamento territorial dificulta a apropriação sustentável dos recursos naturais (MACEDO et al., 2013). Coy e Klinger (2014) expõem que a dinâmica do desenvolvimento regional da Amazônia, que até os anos 70 era considerada como uma região extremamente periférica foi alterada radicalmente, dadas as mudanças socioeconômicas, culturais, políticas e espaciais sofridas, bem como os problemas socioambientais que resultaram destes processos. Esta mudança regional repentina e os conflitos dela resultantes tiveram início nos anos 60, a partir do estabelecimento de uma dinâmica frente pioneira liderada pelo Estado, composta por grandes projetos de infraestrutura e assentamentos, preocupando-se em ocupar, desbravar, desmatar e assim valorizar a terra no sentido teórico da modernização.



Os assentamentos rurais, na análise de Silva e Vieira (2016), se tornaram um dos principais elementos do mundo rural na Amazônia Legal, representando quase um terço das terras usadas e quase 74% dos estabelecimentos rurais. Até 2015, havia 3.589 projetos de assentamentos rurais na região, ocupando uma área de 420.000 km². Sabe-se que esses assentamentos são fundamentais para a distribuição de terras e representam uma tentativa de valorização do potencial de sustentabilidade da agricultura familiar. O Estado do Pará concentra o maior número de famílias assentadas do país, com mais de 30% de sua área coberta por assentamentos e historicamente tem sido considerado um dos Estados que mais desmatam.

Os processos de ocupação da região amazônica foram impulsionados pelas políticas de colonização e estão intimamente relacionados com o desflorestamento da região que apresenta uma taxa de 0,52% ao ano. Dentre estas políticas, estão os assentamentos rurais de reforma agrária, que foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, inicialmente com as modalidades: Projeto Integrado de Colonização - PIC, Projeto de Assentamento Dirigido - PAD, Projeto de Assentamento Rápido - PAR e Projeto de Assentamento Federal - PA, os quais são considerados como assentamentos tradicionais, representando 72% do total de implementado na Amazônia (LEAL e MANIESI, 2018).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma nova modalidade de assentamento que vem sendo investigada, especialmente pela sua finalidade de promover e valorizar a sustentabilidade neste universo, o acesso a terra e a conjuntura familiar em suas diversas dimensões e relações. Essa foi criada por meio da Portaria do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº 477/99, a qual define o PDS como uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse socioeconômico ambiental, destinado às populações que envolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental baseados na aptidão da área (ARRUDA et al., 2018).

Desde sua concepção em 1999, conforme demonstrado por Porro et al. (2018), devido à ênfase ambiental, os chamados Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) contrastam com os Projetos de Assentamento (PA) convencionais. Dentre as modalidades de reforma agrária implementadas na Amazônia, o PDS proporcionaria condições para iniciativas de manejo florestal comunitário que contribuiriam para geração de renda, meios de vida locais e sustentabilidade ambiental. Neste artigo, o estudo detalhado da trajetória de assentamento, das atividades econômicas e do uso da terra em um PDS visa compreender o efeito de uma



iniciativa de manejo florestal comunitário em aspectos sociais (mobilidade espacial), econômicos (renda familiar) e ambientais (desflorestamento).

Na busca do desenvolvimento rural efetivo, tornou-se premente pensar em alternativas produtivas factíveis e, claro, viáveis, que evitem o êxodo dos pequenos agricultores do espaço rural, fazendo-se necessário desenvolver e viabilizar a agricultura familiar na região. Dessa forma, a partir da década de 1990, surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de promover um novo modelo de reforma agrária, direcionado ao uso consciente e adequado dos recursos da floresta, baseado no modelo cooperativista (MACIEL et al., 2014).

Assim, este trabalho tem como objetivo verificar a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Pará, possibilitando assim o entendimento acerca de um novo modelo de reforma agrária, capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

2. Metodologia

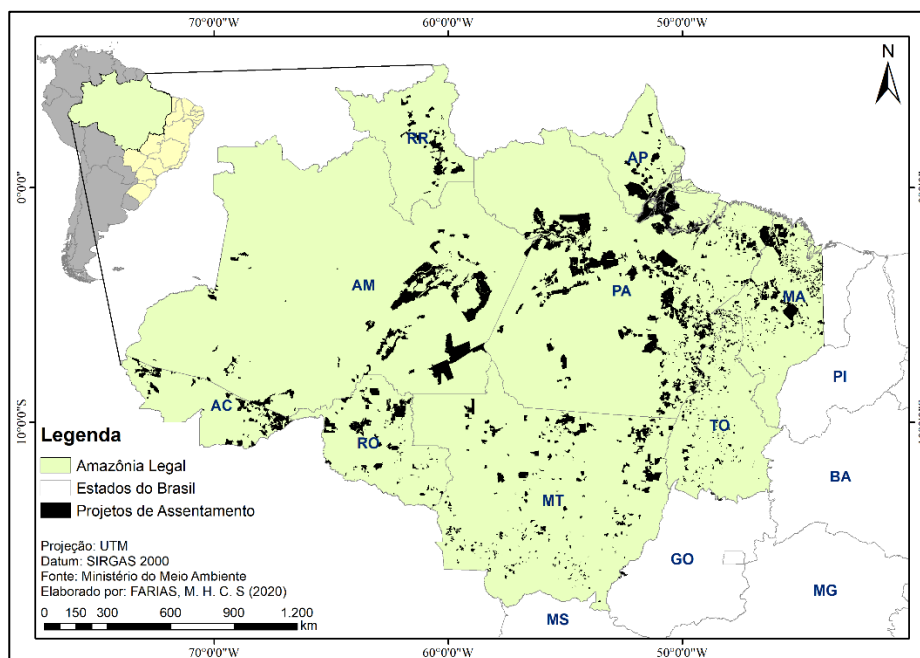
Os aspectos teóricos e conceituais sobre a problemática ambiental em áreas de projetos de assentamentos foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, legislações, relatórios e publicações institucionais.

Já em relação às informações sobre os assentamentos, estas foram obtidas através do Painel de Assentamentos, localizado no Portal do Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA (<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>), tendo em vista subsidiar a pesquisa com informações consolidadas sobre o número de assentamentos existentes, áreas ocupadas, número de famílias assentadas, data de criação e situação dos assentamentos.

3. Resultados

É importante destacar a distribuição dos assentamentos entre os estados na Amazônia Legal: dos 3.518 assentamentos identificados, o estado do Pará detém a maior número (32%), seguido por Maranhão (23%) e Mato Grosso (16%). Os demais assentamentos (29%) estão distribuídos nos outros Estados da Amazônia Legal (figura 1):

Figura 1. Distribuição dos Projetos de Assentamentos nos Estados da Amazônia Legal.



Fonte: MMA (2020).

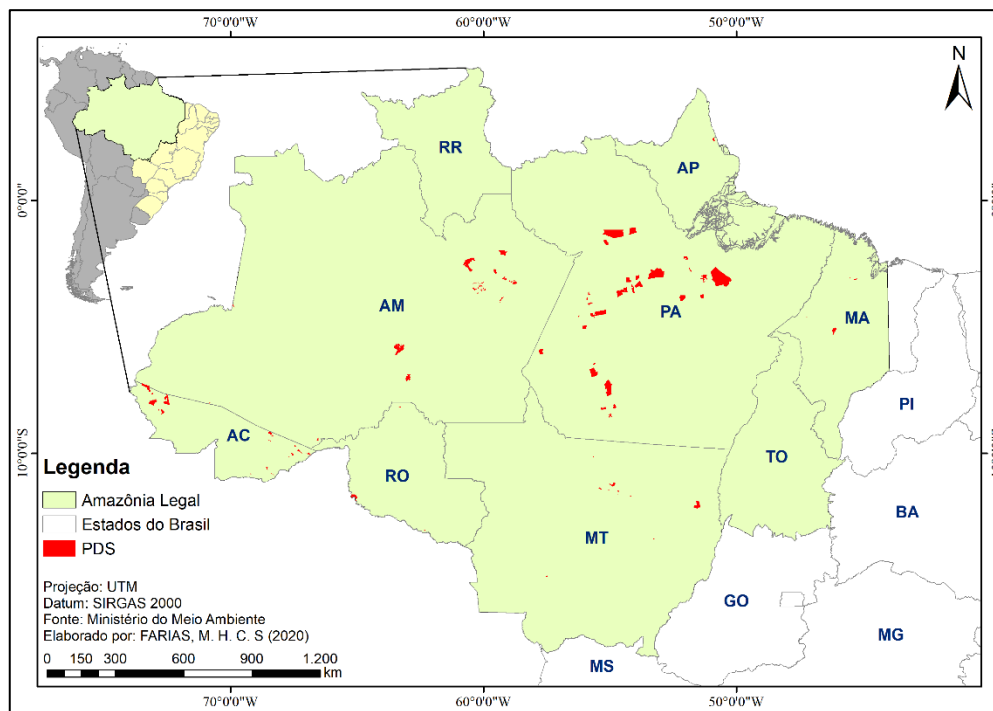
O Pará desponta como o estado da Amazônia Legal que mais detém projetos de assentamentos em seu território. Existem, atualmente, 1.132 Projetos de Assentamentos Rurais Federais, os quais foram criados e são gerenciados pelo INCRA, alojam 247.410 famílias, distribuídos em uma área de aproximadamente 230.000 km².

Composto por 144 municípios, 108 destes possuem projetos de assentamentos em seus territórios. De acordo com classificação definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esses municípios encontram-se agrupados em 4 Superintendências Regionais (quadro 1): SR n° 01- Belém, que engloba 52 municípios; SR n° 27- Marabá, composta por 37 municípios; SR n° 30- Santarém, que agrupa 18 municípios; e SR n° 31- Altamira, que conta com apenas um município.

O PDS é uma modalidade de assentamento diferenciado, de interesse sócio-econômico-ambiental e apresenta-se como uma alternativa aos projetos de assentamentos convencionais. Tem como norte a combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas, e até mesmo a recomposição de seu potencial de recursos naturais original (INCRA/MDA, 2006). Entretanto, apesar de ser uma modalidade que se mostra mais adequada às especificidades de locais inseridos em zonas florestais e com

demandas de populações tradicionais, como na Amazônia, sua ocorrência ainda é muito discreta, tal como pode ser verificado na figura 2:

Figura 2. Distribuição dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) nos Estados da Amazônia Legal.



Fonte: MMA, 2020.

Para a Reforma Agrária, existe um grande desafio em desenvolver modelos diferenciados de uso e ocupação da terra, e com esses modelos, é possível a recuperação e conservação dos recursos naturais, promovendo um desenvolvimento econômico, social e ambiental diferenciado. Assim, ao analisar o processo de concepção e implantação baseado em princípios de sustentabilidade voltados à reforma agrária, detectou-se os projetos de desenvolvimento sustentável (PDS) implantados no Estado do Pará (quadro 1):

Quadro 1- Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) por Superintendência Regional no Estado do Pará.

SR 01 (Pará/ Belém)	
Nº de Municípios	52
Nº de Projetos de Assentamentos	397
Nº de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	0
SR 27 (Pará/ Marabá)	
Nº de Municípios	37



Nº de Projetos de Assentamentos	514
Nº de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	0
SR 30 (Pará/ Santarém)	
Nº de Municípios	18
Nº de Projetos de Assentamentos	155
Nº de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	17
SR 31 (Pará/ Altamira)	
Nº de Municípios	1
Nº de Projetos de Assentamentos	66
Nº de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	17
Total de Projetos de Desenvolvimento Sustentável	34

Fonte: Painel dos Assentamentos INCRA (2020).

A partir da publicação da Portaria INCRA Nº 477/ 1999, que criou a modalidade de PDS, foram criados 34 PDS no estado do Pará (quadro 2), distribuídos em 18 municípios, contanto com 9.604 famílias assentadas em uma área de 18.007,88 km²:

Quadro 2- Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) criados no Estado do Pará.

SR	Assentamento	Município	Criação
SR 30 - Santarém/PA	PDS Paraíso	Alenquer	28/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Mário B. P. Silva	Aveiro	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Maloca	Curuçá	28/11/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nova União	Itaituba	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nova Brasília II	Itaituba	21/11/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Laranjal	Jacareacanga	27/12/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Serra Azul	Monte Alegre	19/10/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Vale do Jamanxim	Novo Progresso	12/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Nelson de Oliveira	Novo Progresso	06/06/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Liberdade I	Pacajá	17/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Cupari	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Divinópolis	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Novo Mundo	Rurópolis	13/12/2004
SR 30 - Santarém/PA	PDS Renascer II	Santarém	28/12/2005
SR 30 - Santarém/PA	PDS Esperança do Trairão	Trairão	05/10/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Boa Vista do Caracol	Trairão	23/11/2006
SR 30 - Santarém/PA	PDS Pimental	Trairão	27/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Brasília	Altamira	23/11/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Esperança	Altamira	14/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Mãe Menininha	Altamira	14/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Terra Nossa	Altamira	03/06/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Anapu I	Anapu	05/10/2004
SR 31 - Altamira/PA	PDS Anapu IV	Anapu	13/08/2004



SR 31 - Altamira/PA	PDS Ademir Fredericce	Medicilândia	23/11/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Água Preta	Placas	12/12/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Castanheira	Placas	12/12/2005
SR 31 - Altamira/PA	PDS Arthur Faleiro	Placas	12/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Avelino Ribeiro	Placas	12/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Horizonte Novo	Porto de Moz	20/10/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Castanheira II	Senador José Porfírio	25/09/2014
SR 31 - Altamira/PA	PDS Itatá	Senador José Porfírio	08/11/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Ouro Branco	Uruará	27/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Irmã Dorothy	Uruará	28/12/2006
SR 31 - Altamira/PA	PDS Santa Clara	Uruará	13/10/2006

Fonte: Painel dos Assentamentos INCRA (2020).

Desse modo, verificou-se que a criação desta modalidade não incidiu de forma homogênea no estado, prevalecendo em apenas duas Superintendências Regionais. Dada sua pequena ocorrência no estado do Pará, verificou-se a necessidade no entendimento da realidade dos assentamentos, fazendo-se necessário repensar as políticas públicas voltadas para este segmento. Surge, assim, a preocupação em repensar o atual modelo de assentamento e trabalhar para se atingir uma nova concepção, cuja atuação pudesse orientar o processo de ocupação e a forma de lidar junto ao meio ambiente, considerando assim seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

4. Conclusão

A iniciativa de criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) visou reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico, com a adoção de um modelo capaz de conciliar a atividade produtiva e a conservação do meio ambiente. E, durante muito tempo, desconsiderou-se o fato de que toda e qualquer atividade agrícola, mesmo a realizada nos assentamentos rurais, constitui-se de alteração e transformação do meio natural. Dessa forma, esses empreendimentos devem ser concebidos em novos paradigmas, sendo assim instrumentos em um processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental, em uma nova relação do homem, da sociedade e do uso da terra de forma sustentável.

Apesar de sua pequena representatividade, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) pode constituir-se num padrão para os futuros assentamentos de reforma agrária, necessitando a compreensão do modelo e verificando sua real viabilidade como uma alternativa com diretrizes que se apoiam no tripé que considera aspectos ambientais, sociais e econômicos, contornando os impactos negativos provocados por outros tipos de modalidades de projetos de reforma agrária.



Referências

ARRUDA, T. P.; FERRANTE, V. L. S. B.; CARDOZO, D. R.; ALMEIDA, L. M. D. M. C. Modo de vida e segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). **Cadernos CERU**, v. 29, n. 2, 2018.

COY, M.; KLINGLER, M. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. 2018. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

LEAL, M.; MANIESI, V. Dinâmica de desflorestamento nos assentamentos extrativistas do município de Humaitá, Amazonas. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 14, p. 251, 2018.

MACEDO, M. R. A.; DARNET, L. A. F.; THALÊS, M. C.; POCCARD-CHAPUIS, R. Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, Estado do Pará. **REVISTA NERA**, n. 22, 2013.

MACIEL, R. C. G.; DE LIMA JUNIOR, F. B.; SILVA, F. A. S.; BRITO, A. P. D.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; PENHA, D. D. L. B. Inovação, Reforma Agrária e Agricultura Familiar: o Caso da Produção de Palmito no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 3, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Geoprocessamento**. 2020. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/geoprocessamento>> . Acesso em: 12 de outubro de 2020.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; WATRIN, O. D. S.; ASSUNÇÃO, H. D. N. Implicações Sociais, Econômicas e Ambientais de Uma Iniciativa de Manejo Florestal Comunitário em Assentamento na Amazônia Oriental. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 623-644, 2018.

SILVA, V. C. S.; VIEIRA, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.